



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Montenegro Cidade das Artes**



**RELATÓRIO DE REUNIÃO**

**Data:** 10.06.2013

**Proc. n.º:** 148 – SI 098/13

**Horário início:** 8h30min

**Término:** 10h

**Assunto:** reunião com a Diretoria da Sociedade Beneficente Espiritualista para tratar da real situação da entidade, do atual convênio com o Município e dos constantes atrasos nos repasses.

**Requerente:** Ver. Renato Kranz.

**Convidados:** Executivo Municipal e Direção da Sociedade Beneficente Espiritualista.

**Presentes:** Lista de Presenças anexa ao referido processo

**Principais pontos Destacados:** O Vereador Renato fez uma breve contextualização histórica dos diversos momentos pelos quais a Sociedade passou ao longo do tempo a fim de entender o momento atual. Disse que, até a criação do FUNDEB, em dois mil e sete, o Lar do Menor recebia recursos do Executivo através de subvenções sociais, porque o Lar não era ainda considerado investimento em educação. A partir de emenda da Deputada Maria do Rosário ao FUNDEB, as entidades comunitárias, confessionais, filantrópicas passaram a receber o aporte de recursos do FUNDEB quando tivessem algum convênio com o Poder Executivo dos municípios, em função da Lei de Diretrizes e Bases da Educação ter definido que a educação infantil é competência dos municípios. A partir de dois mil e sete, os municípios podem fazer convênios com essas entidades para fazer o atendimento da educação infantil. Aos poucos os municípios e as entidades foram se adequando conforme a lei do FUNDEB. Com o atendimento de crianças menores de três e oito meses, a entidade passou a ter um aumento de despesa na contratação de pessoal. Em dois mil e oito, quando foi feita a passagem de auxílio e subvenções para compra de vagas, a entidade apresentou ao Executivo uma necessidade de despesa. Em função de que a entidade atendia pré-escola, e essa tem um custo menor, e durante a implementação dessa política conforme a lei do FUNDEB, o *per capita* não alcançava mais para a manutenção. Observou que devido à defasagem, se fez um novo chamamento público na época com a celebração de um novo contrato. Explicou que o governo passado negociou com a entidade um *per capita* maior, pois a entidade apresentou o que realmente precisava, em torno de seiscentos e cinquenta reais por criança. Ressaltou que esse valor foi aumentado em função de a emenda ao orçamento, de autoria do Vereador Gehlen, chegando-se num total do orçamento do Município de três milhões e quinhentos e sessenta e seis mil reais, o que daria em torno de quinhentos e quarenta reais por criança por mês. Falou que o novo convênio nesse valor deveria ser assinado até abril. Menciona que, na época, conversou com Josênia que disse que falou com a Procuradoria que garantiu que o convênio seria retroativo a janeiro. Vereador esclareceu que não existe a possibilidade legal de convênio retroativo. Alertou que a entidade terá um déficit por falta desses recursos, enquanto o Executivo terá um superávit, ao não repassá-lo, segundo o que consta no orçamento. Observou que o objetivo da reunião era o de esclarecer a situação para buscar uma saída junto ao



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



Executivo, além de acompanhar e exigir a execução do orçamento. O segundo ponto, era esclarecer a situação financeira do Abrigo Menino Jesus de Praga. E o terceiro ponto, a discussão da situação do Estacionamento Rotativo Pago mantido pela entidade. O Vereador Gehlen falou da alegria em ter conseguido aprovar emenda para custeio da Sociedade para dois mil e treze e relatou preocupação com o fato do atual governo não estar cumprindo o orçamento. Disse que era necessário buscar ferramentas legais para que se faça cumpri-lo. Josênia Flores Cruz falou da situação financeira precária da instituição, como atrasos no pagamento da folha de pagamento dos funcionários nos primeiros meses do ano, em função da não assinatura do novo convênio que complementaria os valores do convênio em vigência até vinte e seis de abril. Mencionou a da suspensão do pagamento referente ao estacionamento rotativo em frente à Prefeitura, motivada pelo descontentamento de alguns funcionários com a cobrança, mas que a explicação oficial dada pelo Prefeito seria a da retirada de uma placa que estava escondida sob os galhos de uma árvore. Disse que está tramitando na Prefeitura processo contendo solicitação de aumento da tarifa. Sobre o Abrigo, falou que o chamamento público aconteceu, a pedido da Administração anterior, sendo que a Sociedade foi a única entidade a entregar os documentos de habilitação em janeiro. Em março, receberam comunicação de que foram inabilitados porque solicitavam que se tivesse uma Técnica de Enfermagem e a entidade apresentou documentação referente a uma Auxiliar de Enfermagem. Outro ponto, era a solicitação de que se apresentasse cópia da carteira de trabalho da equipe técnica (composta por psicóloga, pedagoga e assistente social). Falou que tinha um contrato de prestação de serviço com a Assistente Social e não por carteira assinada. Assim, a entidade foi desabilitado no processo de licitação em função desses dois pontos. Em contato com a Secretaria de Habitação, Desenvolvimento Social e Cidadania, a entidade solicitou modificação nos termos do chamamento para que um novo fosse realizado. Acentuou que os dois pontos foram sanados nesse entretempo. Falou da necessidade em se abrir um novo edital de chamamento público. Contudo, ressaltou que o valor apresentado em agosto de dois mil e doze, em torno de trinta e dois mil reais, não é mais suficiente. Esclareceu que realizaram um levantamento de preços, e que o valor atual é de quarenta e um mil reais, cuja planilha de custos foi encaminhada ao Executivo. Relatou que, em conversa, o Prefeito considerou o valor muito alto para a manutenção do Abrigo. Esclareceu que a contratação precisa ser pela capacidade de atendimento e não pelo valor *per capita*, segundo orientação do Ministério de Desenvolvimento Social para casas de acolhimento. Fez uma contraproposta de trinta e sete mil e quinhentos reais, sendo que essa redução estaria condicionada à liberação do aumento da tarifa do Estacionamento Rotativo. Disse que o Prefeito ficou de dar o retorno e ainda não deu. Após novo encontro, ficou de dar a resposta numa sexta-feira. Relatou que, nesse mesmo dia, a Assessoria de Comunicação da Prefeitura, por meio das redes sociais, estava fazendo uma campanha para recolher leite para o Abrigo. Enfatizou que a doação de leite não vai mudar a situação do Abrigo, e que é necessária a assinatura do convênio e do



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**  
**Montenegro Cidade das Artes**



aumento dos valores. Constatou que o Abrigo está dando um déficit mensal de em torno de vinte e cinco mil reais, cujo valor é retirado dos valores repassados através do convênio das creches para cobrir as despesas do Abrigo. Contou que o Estacionamento Rotativo – Faixa Nobre saiu de uma situação deficitária, mas não está ajudando como deveria. Maria de Lurdes Gabardo disse que a Sociedade entrou no dia dezanove de março com pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, cujo processo está na Secretaria Geral desde quinze de maio. Dia doze de abril, entraram com novo pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, em que houve um reajuste, segundo o INPC, de sete vírgula vinte e um, o que dá sessenta e oito reais com vinte e oito centavos. Observou que o valor atual que se está ganhando por abrigado é de novecentos e quarenta e seis reais com onze centavos e que se iria para mil e quatorze reais com trinta e nove centavos. Disse que dia sete de maio foi para a Procuradoria-Geral do Município e que o pedido continua lá. Disse que a instituição busca recursos privados através de promoções. Em dois mil e doze, através do imposto de renda, foi captado cinquenta e seis mil e seiscentos e sessenta e dois reais e trinta e dois centavos, direcionado unicamente para o Abrigo. Josênia ressaltou que, se não fosse a comunidade de Montenegro, o Abrigo já teria fechado em função da grande quantidade de doações, mas a responsabilidade é do poder público municipal. O Vereador Tuco sugeriu a realização de uma segunda reunião, convidando o Executivo Municipal e o Ministério Público. Josênia ressaltou que a instituição recebeu telefonemas de municípios como Carlos Barbosa, Minas do Leão, Triunfo, querendo vaga no abrigo e o valor de acolhimento proposto por esses municípios é em torno de mil e seiscentos reais. Observou, contudo, que, como existem questões legais e o contrato com o Município, o Abrigo não pode aceitar crianças de outras localidades. O Vereador Renato alertou para o fato de que, segundo apresentação do quadrimestre, o Prefeito não executou integralmente o orçamento, tendo um superávit de treze milhões de reais, na medida em que a Sociedade não recebeu o que tinha de direito. Maria Lurdes perguntou se, mesmo estando no orçamento, essa dotação poderia ser destinada para outra coisa. O Vereador Renato explicou que os trezentos e noventa e seis mil reais que estão no orçamento precisam ser repassados esse ano para o Abrigo; caso contrário, entram no superávit. Assim, quando as contas forem fechadas, no fim do ano, o Prefeito terá cinco ou seis milhões de superávit desse exercício, sendo que ele poderá fazer o que quiser com esse dinheiro. Ressaltou que pode ser estratégia política não executar o orçamento, para, dessa maneira, ter recurso livre em janeiro e fevereiro. O Vereador Carlos E. de Mello reforçou que para dar outra destinação a esse recurso ainda este ano é necessária autorização legislativa. Sobre a placa de Estacionamento retirada de frente da Prefeitura, disse que fará novos pedidos de informação para saber quem autorizou sua retirada. O vereador Márcio Müller sugeriu que fosse bloqueada toda votação de projeto de lei até a solução desse impasse, dada a sua urgência e necessidade. O Vereador Kranz disse que os quatro vereadores bloqueariam as votações de projetos até que fossem assinados os convênios com a Sociedade e se cumprisse com a execução do orçamento. Além



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO  
Montenegro Cidade das Artes**



disso, o Executivo teria que encontrar meios para buscar uma solução legal para repassar a diferença dos quatro primeiros meses à Sociedade. Quanto à Faixa Nobre, Maria Lurdes explicou que a entidade tinha criado uma comissão a fim de analisar a reestruturação da mesma. Mencionou que foi protocolado, em dois mil e doze, um pedido para modificações referentes ao Estacionamento. Esclareceu que são modificações relativas ao cartão de trinta minutos e estacionamento aos sábados. Josênia complementou observando que a comissão elaborou um plano de ação para modernizar o serviço prestado, buscando formas mais eficazes de instituir esse modelo de democratização do estacionamento, finalidade da Faixa Nobre. Porém, ressaltou que para se investir em informatização do sistema é necessária uma receita maior. Assim, enfatizou que o plano gira em torno do aumento da tarifa cobrada. Contou que o comércio do centro solicitou que esse serviço fosse ampliado para as manhãs de sábado.

**Encaminhamentos:** Em primeiro lugar, a partir desta reunião, os quatro vereadores presentes à mesma não votariam mais nenhum projeto de lei oriundo do Executivo Municipal enquanto não for realizada a celebração do convênio do Abrigo com os valores reajustados. Segundo lugar, buscar uma saída jurídica para repassar os trezentos e noventa e seis mil reais previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de dois mil e treze para o Abrigo, bem como os recursos para as creches do Lar do Menor. Em terceiro lugar, propor nova reunião para tratar exclusivamente das questões envolvendo a Faixa Nobre, administrada pela Sociedade. *Nada mais havendo a tratar, às onze horas e trinta minutos, foi encerrada a reunião.....*

**Ver. Renato Kranz – PMDB**

**Ver.<sup>a</sup> Rosemari Almeida  
Presidenta**